



ATA COMPLETA*

SUBCOMITÊ BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ BILLINGS - TAMANDUATEÍ SCBH-AT-BT

REUNIÃO PLENÁRIA

Realizada em 12 / 09 / 2011

Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

Santo André - SP

Taquígrafo
Dartan Gravina
(011) 71382725

* Assim como foi dito (SIC).

Fábio Vidal, Vice-presidente do Subcomitê representando segmento Sociedade Civil Organizada/Instituto Acqua - Boa noite. Bom, pela nossa pauta, abrindo a reunião, temos algum informe das prefeituras?

Gilson Guimarães, Secretário Executivo do Subcomitê representando segmento Governo do Estado/CETESB - Bom, pela pauta, os assuntos que forem referente aos informe das Câmaras Técnicas-CT podemos embutir.

Vice-presidente- Sobre a Ata anterior, podemos aprovar?

Secretário- Fez constar por equívoco a minha representatividade enquanto Secretaria de Meio Ambiente, e na verdade é Cetesb.

Tania, representando segmento municípios P. M. Mauá - Teve uma confusão, é que lá nós temos duas Tania. A representação de Mauá na CT Educação Ambiental é a Tânia Maria dos Santos Teixeira e a Tânia Vieira, na Ata resumida, na página 03, Tânia Regina Nunes Vieira pela CT Planejamento e Gestão e na completa é na página 17.

Secretário-Mais alguma coisa? Não havendo mais nada podemos colocar em votação. Se todos concordarem, da maneira como está, com as observações, permaneçam como estão. Alguma abstenção? Aprovada.

Vamos para os informes. Os municípios. Então gostaria de abrir a

palavra para a Sociedade civil. Queria aproveitar então e fazer um informe, é que no dia 01 de setembro passado teve a apresentação do PDPA aqui no Consórcio Intermunicipal, fiquei sabendo por terceiros, gostaria que fôssemos contatados diretamente, mas não fomos, e consta da nossa pauta esse assunto, nós chamaremos aqui para uma apresentação do assunto. Há mais alguma informação?

Patrícia Lorenz, representando segmento municípios/P.M de São Bernardo do Campo - Por São Bernardo do Campo nós estamos concluindo agora a elaboração do Plano Diretor em uma Lei se adaptando a Lei Específica da Billings, e ele vai entrar no sistema de recursos hídricos como um todo para a discussão.

Vice-presidente- Temos informes por parte do Governo do Estado? Não. Vamos dar prosseguimento à nossa pauta. Começando com os informes das CTs. A CT Planejamento e Gestão.

Izabel Cristina, representante do segmento Sociedade Civil Organizada/CIESP S. C. Sul - Nós tivemos reunião, sob coordenação ainda da Tânia, e estiveram presentes também o Newton de Santo André, o Valdir da Sabesp, Daniela de Ribeirão Pires, Fábio do Acqua, Gabriela de São Bernardo, eu pela Cesp, o Roque pela Sociedade civil, o Raimundo, Luiz de Deus. O Newton e a Tânia informar sobre a apresentação do PDPA pela Secretaria de meio ambiente no Consórcio

Intermunicipal, pedimos para colocar como foi porque a Sociedade civil não pôde participar, o Fábio ressaltou a importância do alinhamento de ações efetivas com as outras entidades com as atividades do Subcomitê, porque como foi apresentado o PDPA só para os municípios, como fica o Subcomitê referente aos recursos hídricos ? O Raimundo comentou sobre a motivação das pessoas atuarem nos diversos fóruns ambientais e demonstrou preocupação com as ocupações irregulares em áreas de mananciais e instalação de incineradores na região do Alvarenga. Então esses assuntos já começam a demandar trabalhos. O Fábio relata as ações do Conselho municipal de meio ambiente de Santo André sobre o Gasan. Foi dada a sugestão para na reunião plenária que está sendo realizada hoje darmos encaminhamento para solicitar apresentação do PDPA da Billings para análise do Subcomitê, solicitar reunião entre o Presidente do Subcomitê, o Presidente do Comitê, o Secretário de meio ambiente, o Secretário de recursos hídricos, o Secretário executivo do Subcomitê e o Vice-presidente com o objetivo de estabelecer a articulação institucional entre o Subcomitê e as demais Secretarias. Atendendo a atribuição do Subcomitê solicitar a listagem das compensações ambientais e outras demandas afetas ao Subcomitê. Relatar a preocupação com a reconfiguração sobre a região metropolitana de São Paulo e a sobreposição ao sistema de recursos hídricos com a

possibilidade de enfraquecimento do Subcomitê. A Gabriela confirma a Patrícia Lorenz como Coordenadora da CT. Indicação dos representantes do Subcomitê para CT de Planejamento e Gestão do Comitê será decidida pelos segmentos hoje. Após o término da reunião eu e o Newton fomos verificar junto com a Livia os documentos do Subcomitê para resgatarmos, ver onde parou, nós vamos na verdade dar prioridade para as reuniões da CT, que já tem reunião e depois vamos ver, e a Patrícia vai nos ajudar, para darmos uma olhada nesses documentos e organizar. A próxima reunião da CT ficou agendada para dia 19 de setembro às 9h aqui mesmo.

Vice-presidente- Obrigado.

Valentina Denizo, representando segmento governo do Estado de São Paulo/Secretaria da Habitação - Queria comentar, como sugestão, seria interessante uma discussão, mas não sei se faríamos em uma CT, porque eu ouço muito falar sobre essa discussão do PDPA, apresentação, só que essa apresentação, para existir um processo administrativo e regional, ele já está colocado, quer dizer, o PDPA sendo aprovado por esse fórum tem força, ele teria de ser vinculado ao plano de bacia do Alto Tietê como um todo, ou vai depender de uma aprovação do Governo do Estado, ou entre nós deliberarmos que o Consórcio como uma figura jurídica poderia acatar o PDPA para que ele na verdade não vire mais um plano que não

tenha capacidade de executar as ações. Gostaria então de colocar para uma reflexão, para uma discussão, com o ator governo do Estado, qual é esse processo político e administrativo para fazer valer realmente o PDPA para que não seja de modo contínuo uma ação que não leva absolutamente a nada, desde que todos nós concordemos com o plano, e com as prefeituras da região, e o próprio Consórcio, como ele pode ser uma peça entre o Consórcio refletindo seus anseios, seus planos diretores, seus planos na habitação, entre outros, PR vemos como ele pode ser de fato ser uma peça técnica para todos planos plurianuais e todas as Leis e orçamentos anuais, porque se não temo que a gente vá fazer um plano atrás do outro e ele nunca acontece. Precisamos ver para que fórum isso seria mais apropriado.

Como outra sugestão, a questão urbana, hoje nós temos um conflito histórico de ocupação urbana, e falta participação da Emplasa, que inclusive é uma forma de fazer uma relação mais próxima entre a gestão metropolitana com a gestão da bacia, não sei como fazer, se como convidados, trazendo como uma demanda para essa instituição, porque temos pessoas da Emplasa que trabalham na execução do plano de governo.

Vice-presidente- Bom, eu acho extremamente prudente e interessante suas sugestões até porque nossa CT ficou por algum tempo com essa angústia, histórica, de enxergar a implementação da Lei Específica, também do Escritório Regional, e do PDPA

sendo uma peça técnica e atualizada, teve a apresentação, fui convidado mas não pude assistir, mas segundo o que foi passado ainda existem lacunas e essa questão temporal também de quando foi feito esse PDPA, que precisaria uma análise mais focada para de fato ser arredondado e internalizado como instrumento que a gente sempre sonhou e recomendou, e estou dizendo com essa visão, e as pessoas podem se manifestar, mas acho que é fundamental para que não seja simplesmente mais um material que foi feito e tem os mesmos problemas não foi internalizado, não foi aprofundado, e aí vai para uma gaveta. A segunda questão que você colocou, acho muito objetiva e importante, bom, e aí, onde vamos alterar, onde essas coisas vão se juntar, e como a gente vai de fato internalizar, porque temos prazos, as coisas estão acontecendo, não sei se estão acontecendo, os municípios estão harmonizados com a Lei, e daqui a pouco começa a cair no Subcomitê, e como estamos preparados ? Para avaliar, aprovar, não aprovar ? Como o Subcomitê está lidando com essa mobilidade ou não. Então temos que nos debruçar sobre isso porque realmente é uma pauta, e naturalmente tem esse reflexo não só pela Emplasa, porque pela Sociedade civil também nós temos até agora vacâncias que não foram ocupadas, e isso nós levantamos desde a primeira plenária, que foi dito que estava sendo sanado, e tinha até o site, que o Nelson Pedroso dizia que podiam se

inscrever, para pôr ordem a descrição e tal, mas enfim, não é Gilson ? Acho que temos que preencher essas vagas até para não ficar capenga qualquer discussão que tenhamos aqui, porque as pessoas que deveriam ser indicadas parte ainda não o foram, e dos que deveriam ser indicados a Emplasa deveria ter um papel muito importante por essa circunstância já apontada, e a Sociedade civil também tem que completar as suas vacâncias. Esperamos isso minimamente e para isso precisamos de um esforço conjunto para seguir com as indicações para podermos andar. É a maneira que enxergo, não sei os colegas.

José Soares, representando segmento Sociedade Civil Organizada/MDV- E também temos que lembrar que a bacía já tem vários documentos produzidos, o próprio Consórcio produziu, o Comitê, o ISA também, e eles acabaram não levando em conta, elaboraram a Lei sem ter a diretriz, não tem a norma e precisamos ver como trabalhar esse conflito com essa outra parte que não foi dialogada, que também vai interferir nos planos diretores que já foram aprovados, e não tem nem o PDPA da bacía do Guaió, e nem tem a Lei Específica do Guaió, o Plano diretor só diz que tem desse lado de cá o lado de lá vai ter que esperar. Isso também é complicador. O Subcomitê Cabeceiras também ficou de ter uma versão preliminar do Termo de referência da bacía do Guaió e parece também jogaram pelo ralo, pelo que estou

entendendo vai ter que fazer um novo levantamento e se não tiver o diagnóstico da bacia agora com esse novo recorte, as novas interferências, como o rodoanel, APPs, vai ter daquilo que o Fábio falou, o PDPA vai ser um instrumento técnico de gaveta, e temos que lembrar que a Lei diz que tem que ter o PDPA, mas se não dialogar com os atores principais da bacia corremos o risco dele ser um instrumento que vai caducar em menos de quatro anos.

Valentina-Na verdade, a minha proposta, complementando, é um pouco mais radical. A Lei original, a 9866, coloca que o PDPA é parte do plano da bacia do Alto Tietê, e tem que ser aprovado no plano estadual de recursos hídricos, e a minha proposta, mais radical, é de fazermos uma mudança na 9866 utilizando os procedimentos para que o PDPA seja de fato uma orientação para os orçamentos públicos, e portanto necessariamente tem que ser validado pelas prefeituras, pelo Governo do Estado, aí eu acho que entre fazer um plano que a Lei pede e ele não se transformar em um instrumento de gestão não adianta nada, então por mais que o plano seja apresentado e eu concorde o máximo que vamos ter uma tranquilidade, mas o plano é feito para ser uma ação objetiva, então minha proposta na verdade é seguir uma discussão com a Secretaria do meio ambiente, com a Secretaria de recursos hídricos, para vermos como vamos fazer esse procedimento e até se for o caso termos uma alteração da Lei 9866. Estou

sendo um pouquinho mais radical, entendeu? Se não vamos ficar eternamente em uma discussão...

Soares-Para ter uma noção, a bacia do Guaió está fora da discussão...

Valentina-Você está colocando um outro caso importante.

Soares-Porque como você está pensando no diálogo, estão mostrando que não está sendo dialogado com a bacia. Quando pensamos na gestão compartilhada dos recursos hídricos, tendo a parte de Mauá e de Ribeirão Pires, em tese temos também essa responsabilidade com a bacia lá, também.

Patrícia-Mas será que o Guaió não foi recortado ? porque não está mais no plano da Sabesp para utilizá-lo como manancial. É por isso.

Soares-Mas não temos que ficar reféns da Sabesp...

Debates (falas ao mesmo tempo/simultâneas)

Valentina-Só complementando, mesmo que a gente não faça a revisão da lei podemos fazer um pacto até junho que ano que vem o governo do Estado tem que enviar suas leis orçamentárias e se conseguirmos afinar esse instrumento, com essa pactuação, incorporando essas medidas, por que qual é função do plano? Se não transformarmos em uma questão concreta não adianta, então teremos um tempo do final desse semestre até mais ou menos maio do ano que vem para que isso vire uma realidade, mesmo que a gente tenha um acordo

que seja quase que informal para depois vermos de que forma vamos avançar na institucionalização desse plano porque do jeito que está colocado ele é obrigatório mas não se efetiva enquanto instrumento.

Vice-presidente-Eu acho que é muito importante o que você está colocando, e colocarmos para as CT, para disposição das pessoas, da sociedade civil, e das prefeituras, para a analisar uma série de pautas, e a ideia é priorizar, o PDPA e a Lei específica, para vermos qual a efetividade dessas questões, porque nós queremos que as coisas aconteçam, está certo? Para vermos com quem é de direito, até para ver a possibilidade e nos organizarmos, porque seu o PDPA é uma lei que vai ser aprovada mas não vai ser internalizada qual o peso dessa lei? Vamos avançar nas coisas importantes e prioritárias, e das que podemos enxergar, que não vai dar em nada, quer dizer, se sabemos que vai para uma gaveta, de repente podemos melhorar e vamos tentar, acho que realmente esse momento é importante por isso, para consignar esse PDPA, até inserido no plano, porque vira compromisso de médio-longo prazo, então tem essa proposta colocada e queria saber se tem uma outra, se alguém discorda.

Patrícia-Não ficou muito clara a proposta para mim.

Valentina- Estou propondo que além desse conteúdo técnico, que é importante, também a SMA apresente quais são os percursos políticos administrativos para implementação do PDPA porque senão fica com muito conteúdo e depois não tem como ser aplicado e a gente não sabe como fazer com a participação das prefeituras, do estado, apresentando também o processo dessas questões técnicas em uma institucionalização transformando o PDPA em algo que tenha a legitimidade enquanto instrumento e a obrigatoriedade, como está escrito lá, para ser acatado, agora, não sei como fazer isso... a lei 9866 confere o PDPA como parte do plano de bacia, porque por exemplo o PDPA é um plano de ação local e o plano de bacia é macro, estão juntando, por isso acho que temos que fazer um processo onde as questões da mesma natureza se juntem, e não se juntem as que são de natureza diferente, como vou aprovar na Assembleia o PDPA de caráter local e amarrar em um plano que é de diretrizes gerais? Essas questões que estou colocando. São duas pautas importantes: o conteúdo, com a força de mobilização, e a segunda para discutir a estratégia da implementação do plano, para que a SMA e a SSRH além de apresentar o conteúdo, que vamos abordar, qual é essa estratégia para implementação do plano de forma articulada e compatível com as prefeituras, com os órgãos setoriais do estado, porque se essa estratégia não

estiver clara estou fazendo uma discussão que não sei onde vamos parar...

Debates

Vice-presidente-Ficou claro agora, na verdade seria uma pauta de apresentação com dois eixos muito claros, está certo?

Valentina- Com dois itens e, primeiro com a apresentação do conteúdo programático e a outra das estratégias para implementação e participação das políticas estaduais e as locais, e uma coisa ligada à outra, porque se não tem a participação estou discutindo de uma maneira parnasiana, do técnico pelo técnico, o que não dá.

Vice-presidente-Para mim ficou claro, não sei para os demais membros. Podemos então colocar como ponto de pauta para chamada do PDPA? Podemos agregar esses dois pontos de pauta para serem apresentados na discussão.

Valentina-Agora, no segundo seria muito importante contar com a participação das prefeituras que estão pensando em seus planos diretores, e o estado está pensando na discussão da lei de orçamento, para vermos o quanto o PDPA diz respeito a essa discussão, porque se isso não for discutido já sabemos historicamente que fica uma discussão pela discussão.

Vice-presidente-Podemos também ao final da apresentação produzir um documento e encaminhar, ou até virar um documento da CT, do próprio Subcomitê, não sei...

Patrícia-Não seria interessante a SMA já disponibilizar esse conteúdo por exemplo no site, porque poderíamos estudá-lo antes da apresentação...

Vice-presidente-Mas acho que não custa a Secretaria dar ciência, e ter essa generosidade, entre aspas, de já disponibilizar, já tendo como avisados os que estão aqui, e os que aqui não estão serem avisados que aqui, no como no consórcio, tem o PDPA no computador de um dos técnicos.

Então vamos aprovar essa sugestão de apresentação com esses dois eixos? Quem é favorável permaneça como está. Quem for contrário se manifeste. Se houver abstenção também.

Aprovado por unanimidade. Muito bom.

Secretário-Ficou assim então, vamos formalizar junto a SMA...

Vice-presidente-E a SSRH, o convite é para as duas.

Secretário- ... e a SSRH, primeiro então solicitar essa versão do PDPA para o Subcomitê, depois solicitar essa apresentação do PDPA e nessa mesma oportunidade ser apresentada a estratégia de implantação. É isso?

Vice-presidente-Bom, então aprovado.

Secretário-Então vou elaborar esse texto e vou enviar, como vocês faziam com essa solicitação, com três assinaturas, ou só o Presidente ? Vou consultar o Comitê mas acho que para esses assuntos temos autonomia para chamar direto aqui, a não ser que o Comitê tenha interesse de participar também, aí aumenta o número de integrantes, mas a princípio acho que podemos convidar, porque também não é convocação, é convite.

Debates

Vice-presidente-Tudo bem. Outra questão que surgiu e se apresenta na pauta é sobre as eleições do Comitê do Alto Tietê solicitando talvez o referendo do Comitê ao Subcomitê, como apresentar as questões referentes à nossa análise como o PRIS, e outras mais, que pela Lei específica pertencem ao Subcomitê, comunicando ao CBH-AT, e já aproveitar para comunicar para Cetesb o encaminhando para essa instância dos documentos e materiais que devem ser tratados nessa bacia afetos ao Subcomitê para sua manifestação ou conhecimento.

Secretário-São duas coisas, porque a Lei sempre remete ao CBH-AT que por sua vez pode enviar ao Subcomitê, vou fazer um apanhado da lei, ver quais são essas atribuições e já pedir para o Comitê, e também faço esse ofício formalizando esse pedido de atribuições, e a segunda coisa, dentro dessas

atribuições o que devemos receber de informações, não conseguimos definir agora, então vamos primeiro definir quais são essas atribuições porque o comitê pode entender que não deve passar para nós pode ficar com ele e ele nos demanda, para acessar através da CT, e ele resolve, tem de ter concordância com ele para ver se passa toda autonomia para nós, até previsto em lei, ou se vão querer delegar para análise e decisão deles, então aguardamos esse retorno do Comitê para depois demandar, agora, paralelamente, o que a lei pode trazer para o Subcomitê a instituição pode ir se preparando porque de alguma forma a conversa vem parar aqui, não sei se a decisão será exclusiva nossa mas a discussão acontecerá aqui, ou demanda para o Comitê decidir, de qualquer jeito a CT tem que estar preparada. Então para esse item é mais um ofício solicitando as atribuições do Comitê para o Subcomitê, afetas à lei específica.

Vice-presidente-Precisamos de uma data para o convite da apresentação...

- Outubro?

Secretário-Acho que devemos formalizar o pedido para entregar para nós, para assim, que saiba que a instituição existe e precisa ser informada, saber da existência e da obrigatoriedade de apresentar aqui e paralelamente quem conseguir e quiser

obter por outros meios já vai lendo, e passa para os outros também.

Debates

Tania- Estabelece a data e depois de uns 10-15 dias...

Vice-presidente-É importante oficializar para as coisas estarem no Subcomitê, até tal prazo, e independentemente disso já apontarmos a apresentação.

Secretário- De 10 a 15 de outubro?

Vice-presidente-Não condiciona mas solicitamos que antecipadamente venha esse material.

Debates

... na segunda semana? Deixaria para a segunda porque daqui a pouco foi embora o mês de outubro, de 3 a 7... deixamos para a segunda ?

Secretário-Segunda semana de outubro.

Vice-presidente- Mês de outubro, de 3 a 7.

Na última reunião da CT pedimos as indicações entre os pares para representação no CBH-AT de cada segmento, indiquei pela sociedade civil mas não sei se tiveram mais indicações e me parece que o Gilson já havia indicado para representar na CT Planejamento e Gestão no CBH-AT, não sei se tem outras indicações pelo estado. Das prefeituras tínhamos três que

seriam contatadas senão me engano Mauá, São Bernardo e São Caetano... houve essa conversa por parte dos municípios? Vocês indicam ou gostariam de aguardar a indicação?

Secretário-E olha, tivemos três reuniões da CTPG e ainda não resolvemos, já está sendo cobrado...

Debates

Não, não, eles cobram de todas, das outras CTs, na verdade nesse pacote todo o que gera demandas, além da CT Educação Ambiental que já tem um pessoal nosso lá, é a CTPG que não tem ninguém, as outras não têm tanta demanda, mas a CTPG acho que é importante e temos que estar lá, mas acho que podemos fazer essa indicação.

Vice-presidente-Eu me coloquei pela sociedade civil, há outra indicação dos colegas? Pode ser.

Por parte do governo do Estado, podemos referendar o Gilson ou há outra?

Pelas prefeituras... Tânia?

Debates

Vice-presidente - E há a Patrícia referendada como coordenadora da CT.

Secretário- CT Planejamento.

Patrícia como titular por São Bernardo e Tânia Vieira como suplente, podemos indicar assim?

Secretário - Tem suplência sim. A sociedade civil então a Izabel da Ciesp de São Caetano do Sul e do Estado eu e a Valentina da Secretaria de Habitação para o CBH-AT. E tem que ser membro do Subcomitê, e assim, eu sou obrigado a ir porque todos Secretários executivos como membro do estado automaticamente são membros da CTPG, porque tem que levar as coisas, tanto que os outros estão lá também, não sei como isso foi condicionado e então se você quiser ficar na suplência...

Debates

Valentina- Está bom, e depois seria importante ter uma lista de emails porque como faço também parte na Guarapiranga e da APA do Tietê fico sobrecarregada e às vezes tem mais de uma reunião no mesmo dia, e se eu for ao Alto Tietê temos que ter um tempinho para conversa.

Secretário - Está sendo produzido um quadro com uma relação dos membros com telefone e email, e mandamos uma última atualização agora não foi ?

Vice-presidente- Bom, vencido mais um tema, na reunião passada foi sugerida como coordenadora da CTPG a Patrícia e precisamos referendar na plenária, há algum óbice ? **Aprovado.**

Secretário-Tem também um assunto da reconfiguração da região metropolitana e com a atual divisão entre a Secretaria de meio ambiente e a Secretaria de recursos hídricos e a nova Secretaria de Desenvolvimento metropolitano do Edson Aparecido, não entendi direito o que a CT propôs como ação para isso, talvez seja melhor discutir para termos algumas formatação para encaminharmos o que e para quem.

Vice-presidente-Na verdade nossa preocupação, e não vi os municípios se encontrando nessa nova configuração porque estive há alguns dias na Sabesp desenvolvendo um trabalho profissional e ouvi de um dos assessores sobre estar participando de uma reunião da nova reconfiguração metropolitano, e se entende que já deve ser uma coisa em marcha com certa importância e estou perguntando se os municípios já têm algum encontro com formato prévio, no mínimo para começarmos a entender, porque essa será uma instância que pode deliberar sobre a drenagem e uma série de questões afetas, precisamos saber quem está fazendo essa discussão, onde, de que tamanho é, dos recursos financeiros, enfim, para estar no final tendo uma leitura preliminar de como está funcionando essa instância para eventualmente nos mobilizarmos e discutimos em plenária. Alguém tem alguma notícia?

José Afonso, representando segmento municípios/PM de Mauá-Está andando, precisa ver quem vai presidir, está sendo discutido, e o desafio é achar uma estratégia operacional.

Secretário-Que passo nós damos com essa preocupação?

Afonso-No momento acho que não dá para fazer muita coisa. Acho que temos que ver dentro da nossa instância qual é nosso foco e como vamos dialogar com essa nova instância, a exemplo do consórcio, que fiquei sabendo houve pedido do Comitê para participar da apresentação do PDPA mas eles entenderam que não, que o consórcio é um espaço e que o Comitê tem que ter o espaço dele, e cada uma das instâncias tem que achar seu foco, então acho que é meio por aí...

Valentina- Me parece que essa configuração é exatamente o território da nossa bacia, coincide com esse território com a única diferença que não entra São Paulo, é idêntico ao território do Grande ABC, e a única coisa que diferencia do nosso Subcomitê é que no Subcomitê entra o município de São Paulo então acho que essa discussão do planejamento integrado de vários setores entre a região metropolitana e o consórcio, vai estar passo a passo, agora, se tiver uma configuração de recursos hídricos o único município ausente seria São Paulo e fica uma questão de como ter essa integração, não sei, mas, e como vai ficar o consórcio em cima disso, também não sei...

Debates

Izabel-... e onde buscar informações, onde tem essas reuniões, se deliberam ou não, precisamos dessas informações, onde buscá-las, se já está formatado...

Secretário-Mas acho que é uma coisa que está muito crua para trazer para cá e a CT acho que tem que pensar em uma estratégia de como trazer isso... porque vai buscar informação, mas onde e com quem?

Izabel- Mas precisamos nos mobilizar senão daqui a pouco isso chega pronto para nós...

Debates

Valentina - ...você pode ter uma competição de planejamento integrado entre esse Subcomitê e o PDPA, agora, quem vai levar para frente um plano integrado metropolitano, de desenvolvimento, não sei, acho que é um exercício de integração, gestão e democracia que não sei a resposta, e se vai ter um fortalecimento conjunto acho que vai depender muito de como historicamente isso vai ser colocado porque pode ser um fortalecimento como também pode ser um esvaziamento de todos, do consórcio, desse setor metropolitano e dos recursos hídricos, mas como pode ser o fortalecimento dos três, pela união, não sei, é um desafio.

Secretário - E o que nós temos que fazer ?

Valentina- O que temos que fazer? Acho que temos que fortalecer nós mesmos, e o resto que venha atrás, acho que não temos que esperar.

Secretário-Acho que temos que fazer isso também, agora com relação a esse item específico, o que fazemos?

Lá tem os órgãos estaduais como era antigamente...

Valentina-Pelo que dizem parece que são todos os órgãos setoriais do Estado, mais as prefeituras, eles discutem, discutem por exemplo a política da habitação, a de recursos hídricos, transporte, então é uma ação muito mais ampla do que a nossa, porque aqui discutimos a política de recursos hídricos mas perdemos essa visão integrada.

Debates

Secretário-Olha, vou fazer uma sugestão, vou solicitar ao CBH-AT para ver que interface ele tem e que possamos entrar juntos com eles, vendo quais são os grupos em discussão, que foram criados aqui...

Valentina-... agora, essa é uma discussão estrutural e política, semelhante à que coloquei do PDPA com o plano de bacia.

Izabel -A única vaga com poder deliberativo que restou para a sociedade civil foi aqui, porque é consultivo...

Vice-presidente-Precisa ter cuidado para não fragmentar, pulverizando de vez, virar pó...

Debates

Secretário- A sugestão então é, com a preocupação sobre essas mudanças que vêm acontecendo na região metropolitana, no planejamento, solicitar ao CBH-AT contato ou interface com o Conselho consultivo ou Conselho deliberativo, ou de desenvolvimento, do novo sistema de gestão do desenvolvimento metropolitano vinculado à Secretaria de desenvolvimento metropolitano, e vamos ver então qual é o contato que o CBH tem, mas acho que é mais ou menos igual, a diferença lá é que os prefeitos participam e são os mesmos, os prefeitos que estão aqui são os que estão no Alto Tietê, então tem essa interface, e vamos ver se através deles conseguimos ou informações, ou inserção, porque não sei se podemos ser convidados.

Patrícia-Mas será que é o Comitê que articula ou é a Secretaria de planejamento?

Secretário-Acho que para esse tipo de coisa não temos acesso direto acho que temos que propor ao Comitê e ele concordar, não sei se é assim que funciona mas posso consultar na Secretaria executiva se temos essa liberdade ou tem que passar por eles.

Valentina-Podemos propor para discussão na CTPG porque interessa a todos.

Secretário-Pode, essa é uma outra linha.

Afonso- Na prática isso vai ter que acontecer como uma pauta objetiva.

Vice-presidente-Vamos lutar para falar o quê, não é? Vamos falar do que ?

Secretário-Também acho.

(inaudível)

Debates

Afonso-... porque o consórcio por sua vez fez um planejamento na área ambiental e tirou uma estratégia de coisas que estavam pegando e que foram levadas e apresentadas como demandas para a Secretaria na vinda do Governador aqui, e uma foi da fiscalização integrada, a outra sobre apresentação do PDPA e a outra formação de um grupo para interlocução do PRIS, e parece que teve mais um ponto que não me lembro agora, mas como pauta do consórcio...

Patrícia-Mas isso não foi em função desse projeto, foi que os prefeitos levantaram uma série de demandas e aproveitaram a vinda do Governador, dos Secretários.

Afonso- Como eu vejo essa questão da discussão da região metropolitana, por exemplo, no transporte metropolitano, é uma pauta que deverá ser fechada nesse fórum metropolitano

porque depende da participação do governo do Estado, já as questões aqui do consórcio, depende dos prefeitos, no fórum dos prefeitos, e pode ter esse fórum dos prefeitos, dependendo da demanda, mais o governo do Estado, para pautar algumas coisas, como o metrô de superfície, orçamento, como vai ser, e coisa e tal, e o nosso fórum aqui é a questão hídrica, agora a cobrança do uso da água, que devemos apreciar nesse fórum, nesse momento, as questões existentes que temos aqui na região, nós temos que fazer, nós temos que nos mobilizar.

Debates

Vice-presidente-Seria interessante, mas o PDPA para nós com essas duas questões de fundo, a estratégia e a questão técnica, se for um claramente apresentado teremos uma ideia se estamos totalmente fora do processo, e aí vamos virar uma espécie de Câmara técnica nessa nova configuração metropolitana, o Subcomitê de bacia como CT, ou se teremos um fortalecimento porque afinal temos uma estrutura, décadas de trabalho, e tal, acúmulo de conhecimento, e também é o fórum que a sociedade civil têm participação deliberativa, também com demanda forte sobre os recursos hídricos. Sinceramente, acho que essa configuração metropolitana se tiver esse dinheiro que falam e o poder, e sem a sociedade civil para dar palpite, acho, na minha opinião, pode ser por aí, não vai ser uma conversa fácil, mesmo assim porque tem

muito interesse político no meio, mas se for por aí, drenagem, você pega drenagem, saneamento, resíduos sólidos, e o que sobrou? A lei já está aprovada...

Debates

... temos que enxergar que também podemos estar falando de 3, 4 instâncias de participação que tem o mesmo desenho e a mesma configuração, veja que interessante, com a configuração territorial e tudo mais, e o problema é que praticamente são os mesmos atores, mudando apenas que um pode estar mais consistente do ponto de vista do interesse político, governamental, com peso, recursos, e tudo mais, e naturalmente você acaba pagando caro por isso, porque aí você tem que estar em diversas instâncias e você é o mesmo, único, então acho que a tendência nossa daqui a uns seis anos é virar um braço de alguma coisa, porque é impossível, porque no final é você mesmo que está dentro dessas reuniões, e às vezes falta um espelho na própria instituição, então acho que a tendência é ficar menos instituições, mais fortes, com mais entidades, e tentando não prejudicar nenhuma porque sabemos que nesse contexto todo, é o espaço que mais fala "não", é a mais legalista, é a sociedade civil, então se você colocar em uma configuração metropolitana em uma configuração territorial e política, imobiliário e tal, sempre quer aumentar a fronteira porque precisa de terras, e então essa área ambiental é a mais

vulnerável no sistema do ponto de vista de peso, da queda de braço e dos interesses econômicos. Precisamos ser práticos.

Debates

... e no final da balança temos que colocar, temos coisas importantes que influenciam como o PDPA, o plano plurianual e tudo mais, se não vai virar apenas o braço de alguma coisa, mas pelo passado também temos que considerar que tivemos a Câmara Regional do Grande ABC que teve seu momento histórico com muitas vezes a presença do Governador Mário Covas na região, que teve então a cultura e governança metropolitana para esses acordos maiores e tudo mais...

Debates

... e nessa linha, sem dúvida, a nossa presença no Comitê é bem forte, mas de qualquer maneira, concordo, acho que temos que valorizar a instância que estamos participando é o primeiro passo, antes de demonstrarmos qualquer outra coisa, agora, a situação é de costurar essas várias coisas porque como foi dito, as coisas estão acontecendo, e as demandas estão aí, ano que vem é um ano eleitoral, com mudança política, mas nós temos acumulado desde 1996 uma história de recursos hídricos, e isso não é qualquer coisa, e a própria questão da cobrança, dos rumos do Escritório Regional para operar na bacia, que fortalece muito a bacia. Com isso acho que fortalecermos muito essa preocupação com os temas

apropriados na bacia, que é o que está previsto na lei, você acaba descentralizando um pouco isso e fortalecendo uma instância que é regional, agora, temos obstáculos.

Afonso-É pertinente o que a Valentina coloca, nós temos que fazer, na nossa configuração e competência, e temos que saber colocar isso, e a mesma coisa é nesse fórum metropolitano maior, agora, temos que fazer esse trabalho, mas primeiro temos que planejar.

Debates

Secretário-E que encaminhamento nós damos? Temos que levar o debate para assunto e conhecimento na CT do Alto Tietê.

Valentina- Acho que a relação do sistema de gestão metropolitano, o sistema de gestão de recursos hídricos com o sistema de gestão do consórcio, que incidem na própria bacia do Alto Tietê, e acho que tem de trazer as pessoas do consórcio, quem está administrando esse sistema metropolitano, e do próprio sistema de recursos hídricos, porque não é a relação só do sistema de decisão e de discussão é a relação dos instrumentos, senão vou ter planos que conflitam entre si, porque todos querem fazer planos de desenvolvimento integrado e na verdade temos que fazer antes esse processo de discussão.

Vice-presidente-Senão fica só no recorta e cola.

Debates

Valentina-... mas não acho que uma CT tenha condições de chamar um Secretário e seus assessores...

Secretário-Não, uma coisa é levarmos para o Alto Tietê para ver se conseguimos, agora, efetivamente o que vamos fazer com isso? Levantamos a questão e... o que podemos fazer efetivamente para tratar da questão?

Izabel -Uma questão por exemplo é a participação efetiva da sociedade civil, é isso. Foi isso que levantamos na CT.

Valentina-Então, essa é uma questão...

Izabel - Quem está representando a sociedade civil e nos recursos hídricos lá?

Debate

... é a cópia do que aconteceu com o debate do PDPA no consórcio, não foi apresentado para o Subcomitê, foi para o consórcio, e ficamos somente sabendo porque os colegas avisaram, então é essa a preocupação, as coisas estão acontecendo em outras instâncias, até mesmo pelo esvaziamento do próprio Subcomitê, que está começando sua retomada, etc e tal, e a participação da sociedade civil nesses dois, no consórcio e nessa gestão metropolitana é muito discutida, quem está lá, quem está lá enquanto sociedade civil ? É o que queremos saber. Como está funcionando, e talvez tenha essa

sobreposição, com essa preocupação de chegar pronto aqui como o que estão falando do PDPA, não é isso? Essa é uma preocupação. A preocupação é essa, é mais uma solicitação da sociedade civil.

Vice-presidente- É, e assim, nós estamos preocupados na verdade com o enfraquecimento do sistema como um todo, se conseguimos convergir por essa linha, fazendo conjecturas, andando com essa configuração metropolitana, tendo esse aporte de recursos e seu braço econômico com algumas coisas, tende a ser muito forte passar por cima de outras, agora, o que tínhamos conversado no Subcomitê, independente de terem nos chamado no consórcio para o PDPA, é que o próprio governo do Estado podia ter dito assim "Não, a apresentação do PDPA vai ser feita no Subcomitê porque as prefeituras têm assento no Subcomitê", com essa leitura, se não deram essa leitura podem estar corroborando para nós essa nossa preocupação, mas enfim, a apresentação agora, chamando o PDPA e fazendo um debate, vamos dizer que seja um debate bom, a altura, talvez nessas questões, talvez isso esbarre no próprio fortalecimento interno, porque não adianta pleitear espaço para onde for senão tivermos o que levar para esses espaços ou não tiver conhecimento para defender o que estamos levando.

Afonso- Pegando a questão do PDPA, falando na própria lei específica, as cidades estão tocando o tema, agora, acho que falta a

gente aqui do ponto de vista do Subcomitê discutir o que está faltando, no que podemos agregar mais na estratégia das cidades, e aí tem razão, um elemento diferenciada aqui é o assento da sociedade civil, temos problemas com o PRIS, e que contribuição podemos dar, além daquilo que o consórcio está fazendo? Acho que podemos propor, e isso é interessante.

Vice-presidente- A proposta do PDPA, vamos dizer, ele aponta como diretriz, alguns municípios acharam interessante outros nem tanto, outros acharam nada interessante, e isso leva ao quê? Que a lei específica não está sendo conjugada com essa diretriz, por isso é nada interessante, ou essa diretriz do PDPA por exemplo está equivocada? Para a lei específica, que não serve no município, e a nossa questão aqui, que sempre levanto, entre as leis específicas há harmonização com a bacia, ou foi harmonizado da maneira legal, vamos dizer, com os interesses locais, e aí na divisa municipal como historicamente sempre é tratado, permanece do mesmo jeito? E vira um problema para alguém, essa é uma instância que pode tentar aparar, reforçar, porque na prática pode ter muitos conflitos, e pode não ter, então são essas questões semelhantes, como o PDPA que pode ser bom porque a lei específica está harmônica, ou o conteúdo pode ser ruim porque está desarmônico, ou a lei local pode ser muito melhor porque o plano pode estar desatualizado, por exemplo, e nós

aqui temos que discutir isso, os municípios estão discutindo isso no âmbito municipal, mas seria interessante afinar um pouco isso, nossa contribuição, é da bacia, não sei se em outro lugar seria discutido desse tamanho, tendo essa conversa, e até para referendar o PRIS, que ele é importante por isso, ou por isso e aquilo, entendemos que importante no contexto da obra, ou falar que é bom localmente mas dá espaço, enfim, são questões que precisam ser discutia e acho que para nós enquanto Câmara técnica, o colegiado, é um avanço. Enquanto o técnico municipal está discutindo as demandas municipais, agora, como disse o Afonso, se não colocarmos isso na nossa mesa para trabalharmos, como o PRIS, tendo um produto disso, fica apenas uma conversa pela conversa. Queremos um espaço para falar mas aí não tem o que falar, então temos que produzir, ter material, visão crítica para ter a formulação e reformulação, e defender, e se vai ser definida no âmbito regional, ou metropolitano, ou na nova instância, e se for boa, vai ter espaço, mas se não for nem aqui vai conseguir avançar. Não sei, acho que é uma avaliação.

Soares-Na década de 90 por exemplo teve um debate sobre a lei específica se aprovavam ou não...

(inaudível)

com certeza há um conflito de competências, as competências regionais do consórcio, como ficam essas competências, e têm o conflito para mudar esse plano integrado, e até o próprio Mário Reali fez uma reunião discutindo essa questão na Assembleia, que não passou também, na época, então precisamos desse diálogo do governo do Estado na bacia como um todo...

Debates

... e somando também tem à frente parlamentar metropolitana que vai convergir com essa discussão, então está todo mundo puxando para um entendimento, e é importante vermos que não foi o estado com a região, foi falado com a metrópole, conversou com a metrópole não conversou com a região e tanto é que a parte leste já tem seu próprio consórcio, a bacia do Piracicaba também já conversa com o plano, já têm um sistema integrado, tem programa do uso da água, agora, no Subcomitê temos que trazer essa discussão para entender esses três entes nesse processo agora.

Valentina -É o que estou falando, tem que provocar uma discussão do Comitê, do Subcomitê, com o sistema metropolitano. Provocar uma discussão.

Vice-presidente-É, acho que esse é o limite nosso, mais que isso podemos fazer o quê? Mais nada... não é?

Secretário-Então além das duas outras sugestões anotadas ficou para ser levantado se há algum tipo de representação da sociedade civil, como está funcionando, algo assim.

Valentina-A lei já fala, ela cita...

Secretário-Mas é uma sugestão do plenário.

Debates

Secretário-Como é, quem participa... alguém sabe ?

Debates

... eu entendi a preocupação, só não sei o que fazer com essa preocupação, agora, concretamente não foi dito nada... ampliar o debate, é o mesmo quadro, fortalecer os debates aqui, para definir então que passo vamos dar, rodamos, rodamos e estamos no nosso fórum, nós temos que saber que passo vamos dar, a preocupação existe e todos concordam para entrarmos com os planos, projetos, talvez tenha recurso financeiro lá, e ninguém está ouvindo aqui, agora, o que vamos fazer?

Debates

... temos esse contato com o Comitê , como funciona e como vamos nos inserir, a outra é para levar esse tema na próxima reunião da CTPG do Comitê, dos nossos que foram nomeados como representantes, e a outra preocupação é com a

representatividade da sociedade civil nesses dois conselhos, a outra de promover o debate na nossa CT para saber o que vamos atacar, o PDPA, como ele está inserido lá, ou não está, e o que mais, os recursos financeiros? Que projetos eles têm lá para essa região que não estão nos ouvindo? Para depois até definir uma estratégia, e ver se pode trazer conflito com o PDPA, com a nossa lei, e com os interesses da região, mas discutidos aqui, não no consórcio. Porque primeiro você precisa saber o que é para saber se você concorda, para só depois apresentar para alguém.

Izabel -E até saber como junta para fortalecer.

Secretário-Exatamente, às vezes pode ser positivo. Então tudo bem para essas quatro situações? E todo mundo acha que tem que buscar essas informações, e vou até acrescentar, programas, projetos, vamos atrás disso.

A nossa próxima reunião será 19/09 no consórcio às 19h, e também quero falar em que recebemos um ofício da Comissão do núcleo de moradores II do Barão, eles fazem uma série de perguntas sobre o PDPA, o Guaió, situações do Subcomitê, da prefeitura de Mauá, e integrantes da sociedade civil, que vou passar para a CTPG olhar, pensar e responder, daí trazer para a plenária.

Outra coisa, nós temos uma convidada aqui, a Márcia, que está fazendo a sua pós em gestão ambiental, e o TCC dela é

exatamente sobre a aplicação da lei específica da Billings, é pelo SENAC, e para isso ela gostaria de entrevistar alguns de nós que sabem dos problemas, viram isso que temos passado, e que temos vivido de uns tempos para cá. Posso então passar para ela nossos contatos, para marcar possíveis entrevistas ? Então passo os nossos dados que são aqueles de cadastros.

Com relação a cobrança do uso da água se não me engano a partir de hoje, ou foi ontem, entrou no ar logo que abre o site da Cetesb, nas informações, sobre a cobrança do uso da água, que se inicia em janeiro, anunciando a cobrança, e lá tem o email, critérios de mensuração da cobrança por m³ consumido, e por último tem um linck que é o simulador quando os usuários pelos quais começaram a cobrança podem fazer sua simulação.

Izabel -Então era o cadastro que tinham, não fizeram um novo cadastro.

Secretário- Eu sei que o cadastro é o do DAEE mas acho que tem etapas, tem um que é composto de 3 mil nomes, depois o de 5 mil e depois 9 mil. O cadastro ainda não está disponível mas a informação que achei mais importante é do início da convocação, tem a formalização do cadastro porque você pode contestar porque se a indústria tem informado por exemplo que tem 1.000 m³ e depois ainda acharem outra

quantidade tem um prazo para que façam o ajuste real, claro que vai sempre pela outorga, e tem a fiscalização, enfim depois tem a convocação e depois a emissão do boleto. É essa a sequência. A previsão da cobrança é o início de janeiro.

Por último, o Fábio lembrou, temos que procurar na região, e isso serve para todos, entidades da sociedade civil que possam participar conosco como convidados inicialmente, e imediatamente após a conclusão do processo eleitoral já preencherem as vagas restantes, que são várias, são nove.

Foram esses os assuntos propostos pela CTPG. Temos ainda informes das duas CTs Educação ambiental e Saneamento ambiental e da implantação do Grupo executivo, já estamos avançados no horário, aí vocês veem como querem fazer...

Soares-Das CT Saneamento é o Gilmar, mas ele não veio.

Secretário-Você pode conversar com ele para disponibilizar por e-mail a memória da reunião, disponibilizar para todos?

Tania-Teve uma reunião, foi decidido que seria o Gilmar, mas ele acabou não fazendo uma segunda reunião, não foi feita essa outra reunião.

Secretário- Da CT Educação ambiental...

Tania-... foi em São Bernardo do Campo mas foram poucos representantes e houve um informe que a representante do Estado não estaria mais como Coordenadora dessa CT, e ficou

definido que deveria ser escolhido um Coordenador para a CT mas não foi escolhido porque tinha muito pouca gente participando dessa reunião.

Vice-presidente-Então está sem Coordenação.

Tânia-Está sem Coordenação por enquanto.

Secretário- É, eu pedi há um tempo atrás em uma troca de email ao Nelson que fizesse a gentileza de tocar até que conseguíssemos eleger um novo Coordenador, mas parece que não conseguiu, paciência, vamos aguardar quando ele estiver presente. E essa era uma Câmara que funcionava redondinho...

O último ponto da pauta é da implantação do Grupo executivo, mas nem sei se podemos iniciar essa discussão a essa hora ...

Vice-presidente-Está prejudicado.

... temos sete membros, bom, querem colocar esse ponto de pauta para próxima reunião?

Izabel - Teríamos que marcar uma extraordinária...

Debates

Secretário- Esse Grupo executivo está previsto nesse artigo 6º, suas atribuições, diz que o Subcomitê será constituído por tais órgãos, o plenário, e Grupo executivo, e o Grupo executivo deverá prestar apoio as unidades especializadas que são as

CTs, e o artigo 14º diz também que o Subcomitê contará com o Grupo executivo composto paritariamente pelo segmento estado, dos municípios e da sociedade civil, então são três, seis ou nove. Das atribuições, adotar medidas necessárias ao funcionamento do Subcomitê e subsidiar, dar cumprimento às decisões decorrentes da plenária, convocar reuniões, organizar a ordem do dia e secretariar as reuniões. Na verdade não sei porque apareceu porque essa segunda atribuição era da Secretaria executiva, organizar a realização de audiências públicas, no caso de realizar, organizar os debates dos temas prioritários definidos em plenária, que também é atribuição da Secretaria executiva, encaminhar a Secretaria executiva do Comitê do Alto Tietê as deliberações e reuniões plenárias do Subcomitê, publicar no Diário Oficial as decisões do Subcomitê, ordenar a elaboração em articulação com CBH-AT, está faltando alguma coisa, mas está aqui as propostas do plano de bacia, assim como o relatório sobre o sistema de recursos hídricos da bacia, elaborar relatório da situação de qualidade ambiental da APRM que deverá integrar o relatório de bacia... aqui no caso de haver alguma proposta de renquadramento, solicitar ao Presidente necessidade de convocar reunião extraordinária...

Debates

... o sistema está sendo pensado em conjunto, por uma série de órgãos, para toda a bacia, porque é determinação legal, está

na lei o sistema de informações. A Secretária executiva do CBH-AT deverá a garantir as condições operacionais e financeiras necessárias ao desempenho do Grupo executivo do Subcomitê. Esse é o Grupo executivo.

Valentina- Posso perguntar uma coisa, quando isso foi definido ?

Secretário-Esse é o primeiro e único Regimento Interno do Subcomitê, alguém pensou em uma estrutura grande, com verba para o Subcomitê, pessoas alocadas, é o que faz mais ou menos a vez do Escritório da bacia.

Afonso- Isso foi na gestão passada, mas nem foi montado o Grupo executivo.

Secretário- Acho que devemos pensar um pouco como lição de casa talvez para a próxima reunião plenária se vamos topa fazer, e tem assuntos que acabamos de conversar agora, está aqui no meio, essas preocupações de coisas que precisamos mexer, agora, não sei se nesse formato ou se precisamos alterar o regimento. Precisamos pensar e ver o que fazer com isso.

Valentina-Acho que podemos pensar, é uma outra questão para a CT Planejamento e gestão do Alto Tietê, na verdade analisar o conjunto do regimento interno...

Secretário-Já existe uma proposta dessas lá, não sei se por CT, mas já existe uma deliberação que define a situação específica para CT, mas podemos ver se existe alguma diretriz para o

regimento, acho que é uma norma geral que definiu a prática de atuar, acho que nos outros não tem isso.

Vice-presidente-No passado existia o Grupo executivo, eu participei.

Secretário-Acho que aí precisamos conversar. No ofício de convocação estão citados esses artigos, inclusive esse que li, 6,, 7, 14 e o 15, e no último traz essas atribuições, e se o plenário entender que temos que montar esse Grupo executivo vamos montar para ele funcionar nesses termos mas temos que ter gente para fazer isso, com tempo.

Afonso- Esse Grupo executivo, para coordenação dos trabalhos, não ficará acéfala sem a pessoa do presidente, só o Secretário executivo, então se monta um grupo de apoio com anuência do plenário, é o mesmo executivo, com o Secretário e o Vice-presidente, que pode participar da comissão ou não, garantindo que tenha pelo menos uma pessoa indicada pelas prefeituras, no caso o Presidente, uma pessoa da sociedade civil, pode ser o Vice-presidente ou não, e também uma pessoa do estado, com apoio ao Secretário executivo, porque você pega o prefeito, e vê que ele não dá conta de tocar isso efetivamente, e isso foi com todos prefeitos que passaram por aqui, porque tem o pessoal que toca, quer dizer, essa função entendeu? Apoio para o Presidente e Secretário Executivo, e ai depende do estilo se cada um, nós tivemos a Márcia que tocava, e pode ser que o estilo do Gilson seja outro, porque

de repente você pode pegar um prefeito que vem, e toca, então o grupo é para sempre apoiar, é nesse sentido, então precisamos discutir e ver qual é o formato que queremos.

Secretário- Eu acho importante porque você traz mais participação no processo decisório, que não só esse do sim ou do não, mas que também é importante, e ai traz tudo encaminhado, porque é trabalhoso, e acho que nós, principalmente para esse plenário, temos que pensar para a próxima reunião uma formatação e a forma dele atuar nessas situações propostas pelo regimento.

Vice-presidente-Acho que também é importante relatar que nós tínhamos uma pessoa que ficava à disposição, e precisamos dessa pessoa, seria legal ter uma pessoa dedicada a isso como tínhamos no passado, e foi previsto também para minimamente dar condições de funcionarmos porque senão hoje isso fica sobrecarregado e ficamos na base do favor, acho que podemos tentar equacionar isso.

Secretário-Eu já tentei no DAEE através do Alto Tietê Cabeceiras e não consegui.

Soares- O Grupo executivo montava inclusive a pauta, com as demandas, analisava e distribuía para as CTs, as vezes de algumas decisões que não podia esperar a plenária, até para não sobrecarregar a plenária, e ai conversava antes, depois via se entrava na pauta, para não sobrecarregar mesmo.

Afonso-Poderíamos compor esse Grupo executivo com o Gilson e o Fábio, poderiam tocar.

Secretária-Só que não posso ter mais de uma reunião por mês eu por exemplo já meu ausentei da reunião da CT.

Afonso-Só para completar, eu participaria, e poderemos trabalhar com os três Coordenadores das CTs e esse colegiado organiza para tocar, porque mesmo que o Gilson não estiver conseguimos tocar.

Vice-presidente- Acho assim, um dos nossos desafios aqui, é de primeiro completar, e assim, estamos criando mais representações, com um universo restrito, porque nós temos, voltando, aquelas vacâncias da sociedade civil que precisam ser completas, e tivemos uma participação na CT Planejamento, que começamos, está caminhando, mas ainda não é o que gostaríamos, e na de Saneamento não sei como está, e na Educação ambiental tem algumas pessoas, mas o que seria legal? Ter muita gente e não dar conta é o melhor dos mundos, porque ai você amplia, coloca mais gente, mas estamos no caminho inverso, e agora temos que ver quais são as nossas demandas, do básico das pessoas estarem vindo e demandando, só que na verdade temos poucas pessoas trabalhando e ainda temos uma demanda grande da cobrança pelo uso da água, o PDPA e coisas importantes, que em tese deveriam estar enchendo aqui de pessoas interessadas porque

são coisas importantes na vida municipal, estadual, e na vida pessoal, então acho que precisamos fazer esse esforço para preencher essas vagas até para dar mais legitimidade e representatividade porque a diversidade na verdade é que é o legal.

participante- ... estamos chegando hoje, acho que esse grupo é que vai realmente dar vida para essas atividades, eu acho que tem que ter tudo, o Subcomitê tem que dar vida para todas essas atividades...

Vice-presidente-Não é inviabilizando, acho que é bom...

Afonso- O nosso desafio precisamos tirar assim, vamos ter uma apresentação do PDPA aqui, e podemos lotar isso aqui, cada cidade vê quem pode trazer mais, e a sociedade civil convidando também gente, lotando isso todo mundo ganha, agora, isso está conosco aqui.

Vice-presidente-Temos essa proposta e acho que temos que refletir sobre isso para trazer como primeiro ponto de pauta, a plenária concorda? Há alguma divergência? Podemos tocar então.

Bem é isso, boa noite.

* * *